

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na cerimónia de  
tomada de posse do Vice-CEMA**

Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 18 de janeiro de 2022

É com muita satisfação que me encontro hoje a dar posse ao Sr. VALM Coelho Cândido nas importantes funções de Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. Estou certo, Senhor Almirante, que saberá apoiar, com lealdade e competência, o Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nas tarefas que por este lhe sejam delegadas, coadjuvando-o na preparação das respostas necessárias aos enormes desafios de modernização e adaptação ao contexto de fortes mudanças geoestratégicas e tecnológicas que a Marinha tem pela frente.

Sabemos todos que o domínio naval está a ganhar relevância crescente num quadro em que a segurança marítima é cada vez mais afetada pela competição entre grandes potências. Há sinais preocupantes de crescentes disputas navais entre países, combinadas com a intensificação de ataques híbridos e irregulares no mar, desde a pirataria ao terrorismo, a outras formas de criminalidade organizada.

Isto acontece, e não é coincidência, precisamente quando Portugal e a Europa estão cada vez mais dependentes das rotas comerciais marítimas ou dos cabos submarinos, em que transitam 90% dos dados que movem a economia digital, para a sua prosperidade e segurança. Tivemos recentemente a experiência de um bloqueio acidental do Canal do Suez e as consequências fizeram-se sentir por toda a Europa.

A centralidade da posição de Portugal neste domínio fica, aliás, evidente no facto de ser o único país do mundo com ligações diretas por cabos submarinos a todos os continentes.

A segurança do Atlântico tem de continuar, assim, a ser uma preocupação central para Portugal, como tem de continuar a sê-lo para a NATO e para a União Europeia. E não apenas por causa dos problemas no Golfo da Guiné, que se podem facilmente espalhar para outros locais de África, mas porque a Rússia está também cada vez mais assertiva militarmente

neste Oceano, havendo sinais preocupantes também de um crescente interesse e provável aumento da presença militar chinesa.

Cabe, assim, às lideranças na Marinha refletir na prática do Ramo a atualização que constantemente fazem do seu conhecimento sobre as mudanças com impacto estratégico nos espaços marítimos e, em particular, sobre a crescente competição geoestratégica no Oceano Atlântico, que é uma chave de ligação da Europa para o resto do mundo. Cabe-lhes apoiar o poder político e o CEMGFA no sentido de garantir as condições para defender as prioridades estratégicas de Portugal no Mar, muito em particular no espaço euro-atlântico. Cabe-lhes apoiar o reforço do papel do país como ator internacional relevante na segurança marítima.

Para tudo isto, a Marinha portuguesa contribui com o seu conhecimento acumulado de mais de sete séculos a servir Portugal no mar. A participação da Marinha em Forças

Nacionais Destacadas, desde o círculo polar ártico ao Atlântico Sul, Mediterrâneo e Índico é demonstrativa do seu papel e do seu empenho na segurança coletiva. A Marinha portuguesa dá também um contributo essencial para a estabilidade do Mediterrâneo e para a defesa dessa fronteira avançada da Europa, consolidando assim a inserção de Portugal numa sólida rede de alianças, defendendo e afirmando a credibilidade externa do Estado, e contribuindo para a promoção da paz e da segurança.

Não posso também deixar de destacar, neste plano, o papel importante que deverá vir a desempenhar o *Atlantic Center*, como contributo para o reforço da posição de Portugal como impulsionador de diálogo e de cooperação entre os países atlânticos, e com o objetivo último de manter este oceano como um espaço de paz, bem-estar e desenvolvimento.

O papel da Marinha na edificação desta nova instituição contribuirá certamente para consolidar o seu estatuto de ator

relevante na tarefa de reforçar a centralidade geoestratégica do Atlântico para o nosso país.

Estou ciente de que estes desafios que enunciei só poderão ser enfrentados de forma adequada se continuarmos a modernizar e reforçar, de forma sustentável, a capacidade marítima portuguesa neste e noutros espaços de interesse estratégico nacional.

Isso implica manter o nosso esforço de investimento em novas capacidades navais, refletindo nesse esforço as implicações das mudanças geoestratégicas e tecnológicas que referi.

Na verdade, a atual conjuntura internacional tem levado a um aumento significativo das solicitações para o emprego das Forças Armadas em cenários novos e diferentes, com reflexos específicos ao nível da flexibilidade de emprego, da interoperabilidade, da capacidade e prontidão operacionais e da necessária introdução de tecnologias disruptivas. Embora

a tecnologia, só por si, não garanta uma vantagem definitiva, nenhum país se pode dar ao luxo de ficar para trás nesta revolução tecnológica, que tem um impacto enorme na defesa e constitui um elemento vital do tabuleiro geoestratégico do novo século.

Tudo isto exige um grande esforço de adaptação e inovação por parte das Forças Armadas e de toda a estrutura da Defesa.

A Marinha tem tido um papel importante no desenvolvimento destas tecnologias, e temos diversos bons exemplos disso, incluindo no Instituto Hidrográfico, que é um centro de referência nacional e internacional no conhecimento e na investigação do mar, e que agora tem no seu seio um Centro de Excelência da NATO, o GEOMETOC, que será inaugurado proximamente.

Do lado da tutela, temos cumprido o nosso papel de motor desta adaptação e inovação por parte das Forças Armadas e da Defesa.

Em primeiro lugar, levámos a cabo uma reforma indispensável para adaptar a estrutura de comando superior das nossas Forças Armadas a uma melhor resposta aos desafios e ameaças do presente e do futuro, tendo em conta as lições aprendidas da implementação das reformas inacabadas de 2009 e 2014, as melhores práticas dos nossos aliados e as relevantes sugestões do EMGFA e dos Ramos.

Em segundo lugar, aumentámos significativamente o investimento público em defesa, não só através da Lei da Programação Militar, mas também através da inclusão de vários projetos das Forças Armadas para financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência.

No caso da LPM, destaco os projetos em curso relativos aos seis novos Navios de Patrulha Oceânico. No caso do PRR, destaco o investimento previsto de 110M€ numa Plataforma Naval Multifuncional para a Marinha, que irá permitir, entre

outras funções, a monitorização do oceano, bem como a associação a uma rede de centros de Investigação, Desenvolvimento, Experimentação e Inovação cujo objetivo central será o do conhecimento e a preservação dos Oceanos.

Todos estes investimentos são um contributo essencial para a capacitação das nossas Forças Armadas, alavancando simultaneamente a recuperação e renovação da capacidade industrial do nosso país, e fomentando a competitividade e a inovação da Base Tecnológica e Industrial de Defesa nacional.

Exmo. Sr. Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada,  
Minhas Senhoras e meus senhores,

É conhecido o empenho modernizador do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, pelo que estou seguro de que as novas lideranças na Marinha garantirão um papel vital de vanguarda deste ramo neste domínio.

A meu ver, há dois eixos que são essenciais para esta renovação tecnológica: a necessidade de contrariar o relativo declínio da Indústria Naval em Portugal ao longo das últimas décadas, que se deveu a fatores internos, mas, sobretudo, a grandes transformações nos mercados internacionais; e também a aposta muito forte no recrutamento e na profissionalização de recursos humanos da Marinha, incluindo na especialização dos homens e mulheres que trabalham no *cluster* naval.

Esta aposta configurou-se no lançamento que fizemos em abril passado da "Academia Arsenal do Alfeite", financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência. A interdependência da Marinha e do Arsenal do Alfeite faz das duas instituições parceiros no desenvolvimento das capacidades essenciais para reduzir a dependência externa na construção e manutenção naval nacional, pelo que a continuação do apoio da Marinha e das suas chefias à Arsenal continuará a ser essencial para alavancar a sua capacidade de internacionalização e de prestação de um serviço de excelência.

Quero terminar louvando a qualidade dos nossos homens e mulheres militares e militarizados da Marinha, o seu profissionalismo, a sua dedicação e competência.

Estou certo de que o Senhor Vice-Almirante Coelho Cândido saberá liderar e honrar estes militares, como o souberam fazer os seus antecessores, em apoio aos Chefes do Estado-Maior da Armada.

Quero sublinhar, senhor Vice-Almirante, a confiança que a sua nomeação me mereceu. Estou certo de que, nestas novas funções, continuará a dar provas das elevadas qualidades profissionais e humanas que tem demonstrado até aqui.

Deixo-lhe os meus votos sinceros de sucesso.

Muito obrigado.